

O CAPITALISMO E SUAS CRISES, CONTRADIÇÕES E SUPERAÇÃO - O PAPEL DA TEORIA SOCIAL MARXISTA NA ATUALIDADE

CAPITALISM AND ITS CRISIS, CONTRADICTIONS AND OVERCOMING - THE
ROLE OF SOCIAL MARXIST THEORY NOWADAYS

*Bernardo Salgado Rodrigues**

Cite este artigo: RODRIGUES, Bernardo Salgado. O Capitalismo e suas Crises, Contradições e Superação – O Papel da Teoria Social Marxista na Atualidade. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.76-90, Junho. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de Junho. 2013

Resumo: O objetivo do presente artigo é apontar a insustentabilidade do sistema capitalista pautado na sua própria reprodução, limitação e contradição, que sustenta e intensifica a desigualdade socioeconômica e a concentração de capital. Logo, pensadores sociais do marxismo servem como base teórico-metodológica no que se refere a uma análise das crises cíclicas do sistema capitalista, assim como sua ulterior superação prática, que ensejaria a ascensão do socialismo.

Palavras-chave: marxismo, socialismo, capitalismo, contradições, crises.

Abstract: The objective of this article is to point out the unsustainability of the capitalist system guided in its own reproduction, limitation and contradiction, that sustains and enhances the socioeconomic inequality and the concentration of capital. Therefore, social thinkers of marxism attend as theoretical and methodological basis in relation to an analysis of the cyclical crisis of the capitalist system, as well as its practical surpassing, which would cause the rise of socialism.

Keywords: marxism, socialism, capitalism, contradictions and crisis.

1. Introdução

Atualmente, visualiza-se uma crescente busca por análises que busquem identificar e sistematizar as crises cíclicas capitalistas, tanto conjunturais como estruturais. Entretanto, uma visão da reprodução, capacidade de inovação e de conservação do sistema é significativo para a compreensão da crise atual; logo, a teoria social marxista aparece como uma corrente metodológica de profunda significância para que a realidade possa ser compreendida através de análises condizentes com a história de formação do sistema capitalista e com sua presente forma de sustentação, assim como para sua futura superação. A www.habitus.ifcs.ufrj.br

insustentabilidade do sistema capitalista - que possui como base a desigualdade, a concentração e centralização de capital, a dominação – é visível, se fazendo necessária sua mudança.

O marxismo, desde sua formação até a complexidade do mundo contemporâneo, se configurou e configura como uma nova ciência, baseada em novos supostos filosóficos, que rompe com a tradição historiográfica liberal, consistindo, segundo interpretações realizadas do pensamento marxiano, na ascensão do materialismo histórico-dialético. O marxismo, ou “teoria social marxista”, como é apresentado no texto, não é uma alternativa de análise social dentre outras, ou pelo menos não se apresenta assim; busca, portanto, superar o pensamento científico e filosófico vigente até então, formalizando uma nova forma de analisar a realidade.

Os autores utilizados dialogam no tocante a como o modo de produção capitalista deve ser superado, afirmando que a insustentabilidade do sistema é intrínseco a sua própria reprodução; assim como a afirmação recorrente do paradoxo, da contradição do sistema capitalista; e a necessidade de um sistema que seja diferente do vigente. Apesar de muitos possuírem análises da realidade, enfoques e abordagens distintas para uma possível transformação social, ainda assim, dialogam com a temática central.

Os pensadores que serão citados no presente trabalho, apesar de realizarem seus escritos em tempos distintos, possuem um mesmo fator em comum, um denominador equivalente: a subjugação, exploração e violência do sistema de produção capitalista, buscando alternativas que condiziam com seu tempo e que, transplantados para o presente, ensejam alternativas originais para um debate teórico que incite uma transformação prática.

Evidentemente, as contribuições dos autores que serão utilizados no presente artigo – assim como de muitos outros autores do pensamento marxista e de outras vertentes – se encontram de forma resumida e sucinta, de modo que uma maior ênfase na análise e estudo de suas publicações originaria um trabalho hercúleo e insustentável para os fins aqui desejados. Destaca-se, entretanto, a importância do esforço de sintetizar os pensamentos dos autores na busca de uma interpretação integrada no tocante às crises e contradições capitalistas e o pensamento social marxista, que possui elementos essenciais para se compreender o mundo de hoje.

Vale frisar que o intento principal do presente artigo seria de instigar os leitores a se aprofundarem nos escritos e interpretações de tais autores, sendo um preâmbulo para estudos mais profundos em suas obras, de fundamental importância na atualidade. Logo, buscou-se destacar as passagens nas quais tais autores dialogam com o tema central, não ignorando as suas múltiplas contribuições para o pensamento marxista.

2. A questão da Revolução em Rosa Luxemburgo

No tocante a discussão da revolução, totalmente avessa aos ideais de Bernstein, que defendia que a revolução era desnecessária, pois se poderia chegar ao socialismo através de reformas graduais do capitalismo, Rosa Luxemburgo busca situar – a partir de um conhecimento científico de Marx – o sentido revolucionário da luta pelas reformas, sendo a luta

pelas reformas o meio, mas a revolução social o fim. Em seu livro, *Reforma ou Revolução?*, esse debate se intensifica, no qual Rosa Luxemburgo se posiciona contrária ao modelo reformista e revisionista proposto por Bernstein, uma vez que o sistema capitalista não necessitaria de reformas a fim de que melhorias econômicas e sociais fossem engendradas, mas sim, seu extermínio, uma vez que ele é, em si, excludente, concentrador e desigual. Ela acentuou que reformas ininterruptas do capitalismo se traduziriam no apoio permanente à burguesia, deixando de lado a possibilidade de construção de uma sociedade socialista, que era seu real objetivo. Para Luxemburgo, (2010, p.88)

Os dois meios, graças aos quais se propõe Bernstein a realizar a reforma socialista, isto é, cooperativas e sindicatos, evidenciam-se pois absolutamente incapazes de transformar o modo de produção capitalista. Aliás, o próprio Bernstein tem disso uma vaga percepção, quando os considera apenas como meios de reduzir o lucro capitalista, enriquecendo assim os operários. Mas, com isso, renuncia espontaneamente à luta contra o modo de produção capitalista, dirigindo o movimento socialista apenas no sentido da luta contra o modo de repartição capitalista.

Rosa Luxemburgo busca, portanto, desmascarar o revisionismo, demonstrando que ele não procura suprimir as contradições capitalistas, mas apenas atenuá-las, suavizá-las. Ela explica que a teoria bernsteiniana nada mais é do que uma generalização teórica do ponto de vista do capital isolado, o que demonstra que sua análise econômica cometia os mesmos erros da economia clássica burguesa, sem realizar uma ruptura consistente que permitiria uma melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora.

Entretanto, vale destacar que Rosa não incorre no erro de opor a reforma e a revolução como dois entes separados: há um reconhecimento do papel das reformas, como meios, que educariam e conscientizariam o movimento operário em torno de um projeto de emancipação pela via revolucionária, que consistiria no fim desejado, o socialismo. Ainda assim, a sua conclusão teórica no livro é que o reformismo, quando desprovido de uma estratégia de ruptura com o capitalismo, tem como significado prático a inserção da ideologia burguesa no interior do movimento operário, o que ensejaria uma continuidade do sistema vigente, e não sua ruptura. Para ela, (2010, p.58)

As relações de produção da sociedade capitalista aproximam-se cada vez mais das relações de produção da sociedade socialista, mas, inversamente, as relações políticas e jurídicas estabelecem entre a sociedade capitalista e a sociedade socialista um muro cada vez mais alto. Muro este que não é arrasado, antes, porém, reforçado, consolidando pelo desenvolvimento das reformas sociais e da democracia. Por conseguinte, é somente o martelo da revolução que poderá abatê-lo, isto é, a conquista do poder político pelo proletariado.

3. O Estado e a revolução em Lênin

Lênin, em seu livro “O Estado e a revolução” (2007, p.10-144), discute a sua concepção do Estado pós-revolução socialista, no qual discute a teoria marxista em diálogo com os anarquistas e especialmente aqueles a que chama de oportunistas, os pensadores e

partidos socialistas que tendiam a uma interpretação de evolução gradual do capitalismo ao socialismo defendendo os meios parlamentares como legítimos, quando não únicos para a luta do proletariado frente aos capitalistas.

No caso do Estado constituído pela ditadura do proletariado, este consistiria a verdadeira democracia: toda a sociedade, ou sua maior parte, teria acesso a governança. Além do que, o Estado proletário não poderia ser perpetuado com a tomada de algumas medidas essenciais para seu futuro definhamento: a destruição do seu aparato burocrático e militar permanente; todas as funções públicas deveriam ser de mandato imperativo e revogável a qualquer momento; nenhum cargo público deveria ser gratificado com um salário maior que o de um operário.

Em suma, o Estado não é força do exterior imposta à sociedade, sendo produto dessa mesma sociedade numa certa fase de seu desenvolvimento, utilizando-se de meios de oprimir e explorar a classe dominada. Possui, portanto, o desempenho de um papel aparentemente mediador, colocando-se como representante oficial de toda a sociedade - acima das classes. No entanto, é o Estado de uma determinada classe, que busca ela própria representar toda a sociedade.

Para Lenin, o proletariado não pode derrubar a burguesia sem antes conquistar o poder público e transformar o Estado em proletariado organizado como classe dominante, no qual tal substituição se ensejaria pela destruição do poder de Estado burguês pelo proletariado.

Entretanto, é importante frisar que trata-se de um Estado de transição para o comunismo: com a propriedade coletiva dos meios de produção, finda a exploração do homem pelo homem, instituindo-se formas mais democráticas de participação de toda a população nas diferentes esferas da vida social e política, onde o desenvolvimento cada vez maior das forças produtivas e a alta produtividade do trabalho vão tornando possível a aproximação ao princípio da distribuição do produto do trabalho segundo as necessidades de cada um. Com a ausência de exploração, a possibilidade de participação e, conseqüentemente, a inexistência de motivos para indignação e revolta, vão fazendo com que, ao mesmo tempo que se torna desnecessária a repressão, as pessoas formem o hábito de observar as regras de convivência a tal ponto de tornarem-se capazes de administrar conjuntamente e tomar da sociedade o produto do trabalho segundo as necessidades e não além delas; o Estado, portanto, vai se tornando supérfluo. A ditadura do proletariado, nesse contexto, seria um Estado que se extingue, num processo gradual, prolongado.

Em suma, Lênin nega a viabilidade do controle revolucionário do poder pela burguesia, suscitando o problema do papel do proletariado na revolução e da tomada do poder pelas classes trabalhadoras, no qual o reestabelecimento da doutrina de Marx e Engels sobre o Estado e o papel da ditadura do proletariado na revolução socialista é imprescindível para uma análise conjuntural das crises e superação do sistema vigente, uma vez que se propõe a analisar o socialismo pós-derrocada do sistema capitalista.

4. A questão da Hegemonia em Antonio Gramsci

A hegemonia, segundo Gramsci, consistiria na junção entre o consenso e a coerção, no qual ambos caminham juntos em um binômio dialético, visualizando a hegemonia como um aspecto ideológico, no qual o plano cultural recebe uma ênfase especial, em detrimento do economicismo. O conceito de hegemonia serve para aquele grupo que se encontra no poder, visualizando a sociedade como o ambiente de luta entre hegemonia e contrahegemonia, entre polos hegemônicos e contrahegemônicos. Logo, a burguesia, para ser elite, alia força, mas também consentimento das outras camadas. Para ele, o conceito de hegemonia começa a surgir através de uma reforma moral na busca do estabelecimento de uma nova hegemonia; como uma necessidade de agir politicamente e reformar moralmente, no qual um controle moral é necessário para que a hegemonia de um grupo qualquer seja implementada.

Ainda no que se refere a hegemonia problematizada por Gramsci (1988, p.33), o autor afirma que “o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; (...) que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa.” Logo, a hegemonia se constrói justamente nessa relação em que o grupo dominante fornece certas concessões ao grupo dominado, para que estes vivam subordinados, mas sendo este fato algo natural e conivente, no qual visualizariam, através dos “sacrifícios”, uma melhora na sua vida. Esse processo, segundo o autor, inibe o potencial revolucionário do grupo dominado, servindo como uma base para a sustentação do bloco hegemônico.

A partir de suas noções de guerra de movimento, com a utilização da força, e guerra de posição, com a utilização do consentimento, afirma que a segunda deve prevalecer a primeira, uma tomada de poder paulatina, de mostrar como o poder vigente é contraditório e maléfico; o poder de persuasão é importante para a vida política, minando-se as forças antagônicas ao demonstrar as razões e a legitimidade de sua causa. Para ele, os partidos socialistas deveriam agir dessa maneira, não tentando tomar o poder pela força, mas pelo consentimento de que o sistema capitalista não seria o modo de produção adequado para a humanidade.

Conjuntamente, há o conceito de crise orgânica proposto pelo autor que deve ser entendido a partir de uma perspectiva de totalidade, pois engloba uma dupla dimensão, a econômica e a política. Segundo Gramsci, as crises econômicas, a despeito do novo aparato institucional e ideológico do Estado ampliado, são permanentes do modo de produção capitalista, posto que elas resultam das contradições intrínsecas desse sistema social. Para Gramsci, as categorias de estrutura e superestrutura são essenciais neste estudo.

Na sua opinião, uma crise de grandes proporções, intitulada de crise orgânica, ocorre no momento em que as contradições insanáveis na estrutura – derivadas do descompasso entre o avanço revolucionário das forças produtivas e a conservação de antigas relações sociais de produção – não são mais contidas dentro dos limites impostos pela superestrutura. Rompem-se, assim, os laços entre estrutura e superestrutura, e o bloco histórico ameaça desagregar-se completamente, abrindo um período histórico de convulsões políticas, econômicas e sociais.

Entretanto, Gramsci não via uma ligação direta, automática, entre crise econômica e revolução socialista, criticando as teses economicistas do marxismo, que atribuíam às crises econômicas um evento catastrófico capaz de levar o capitalismo ao colapso final. “Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal” (2002, p. 44).

Os aspectos econômicos, assim, podem ser favoráveis a uma movimentação espontânea das massas populares diante dos efeitos da crise, onde as relações de força estabelecidas em determinado momento histórico de uma formação econômico-social determinarão o seu porvir.

Um segundo aspecto da crise orgânica é o seu lado político que, segundo Gramsci, é a principal característica da crise em uma sociedade ocidental. A crise orgânica manifesta-se no plano superestrutural (ideológico-político) como uma “crise de hegemonia”. Afirma que (2002, p. 60)

O processo [da crise] é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto.

Na crise de hegemonia, tais classes deixam de acreditar na capacidade dirigente dos governantes, que se mostram incapazes de solucionar os aspectos mais corrosivos da crise sobre a sociedade como um todo. Logo, (2002, p. 184).

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados.

Gramsci, portanto, elabora o seu conceito de crise orgânica, interligando-o ao seu conceito de hegemonia. O objetivo era conhecer os novos padrões de dominação e acumulação burgueses para ajudar na elaboração de novas táticas e estratégicas revolucionárias proletárias, as únicas capazes de superar os resultados das crises orgânicas capitalistas. O autor reforça ainda seu argumento de organização política para chegar ao socialismo através da revolução, da luta, sendo totalmente contrário e crítico ao espontaneísmo de que os trabalhadores naturalmente teriam uma noção de esquerda e de que as mudanças viriam de forma natural, alertando para a necessidade de uma organização contrahegemônica.

5. A questão do Estado para Nicos Poulantzas

Para Poulantzas (2000, p.173), o aparelho econômico de Estado se apresenta como foco da fração monopolista detentora da hegemonia no seio do bloco no poder; se encontra relacionado com outros aparelhos e dispositivos, possuindo participação no mecanismo político do conjunto do Estado sob um caráter político.

A função econômica do Estado de intervenções como recursos de contratendência a baixa tendencial da taxa de lucro (2000, p.177), que atingem o processo de produção e reprodução, relacionando essa baixa tendencial à expressão das lutas populares contra a exploração, contra a extração de mais valia por parte dos exploradores, apresentando como contratendências a desvalorização de uma parcela do capital constante, elevando a taxa média de lucro, e a alta da taxa de exploração e de mais valia relativa - alta da produtividade do trabalho -, que desvalorizaria o capital a fim de elevar a taxa de lucro médio em favor dos superlucros do capital monopolista. Os limites estruturais da intervenção do Estado capitalista na economia, variáveis segundo as fases do capitalismo, relações de classe e formas de Estado, desmistificam as tendências keynesianas de um Estado racionalizador-administrador capaz de impedir ou gerar suas próprias crises. Esses limites são próprios da produção, reprodução e acumulação do capital. (2000, p.194)

Um dos principais pontos propostos por Poulantzas (2000, p.200) referente a relação entre a economia e o Estado seria a necessidade indispensável de transformação do aparelho econômico do Estado como condição necessária para a intervenção do Estado na economia, no caso de ascensão da esquerda no poder com um caráter socialista. O processo deveria conclamar no espaço econômico não somente pelo Estado e sua ulterior transformação, mas pelas massas populares, pelas formas de democracia direta na base. Logo, a via democrática para o socialismo proposta pelo autor consistiria, basicamente, no requestionamento da hegemonia do capital monopolista.

6. O sistema-mundo nas visões de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi

Dois autores que utilizaram a conceituação teórica de Antonio Gramsci em seus trabalhos foram Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, enfocando o seu conceito de hegemonia no plano internacional ou, como os próprios autores denominam, no sistema-mundo. Para muitos estudiosos da teoria do sistema-mundo, quando uma hegemonia passa a utilizar cada vez mais a força, a coerção, para que seus objetivos sejam alcançados, constata-se um início de uma eclosão da hegemonia vigente, uma vez que o consenso é relegado a um segundo plano. Logo, a conjuntura atual pode ser analisada sob esse prisma teórico de eclosão do sistema, segundo esses estudiosos, uma vez que a utilização da coerção em detrimento do consentimento se encontra nas diversas ações realizadas pelos países hegemônicos a fim de manterem sua hegemonia no mundo, assim como a do sistema.

Para Immanuel Wallerstein (1999, p.489), a definição do sistema mundial seria de um sistema social que possui limites, estruturas, grupos, membros, regras de legitimação e coerência, utilizando-se de uma distinção ao longo da história desses sistemas mundiais, que consistem em duas formas: os impérios-mundos – no qual existe um único sistema político sobre a maior parte da área, por mais atenuado que possa estar seu controle efetivo – e a economia-mundo – onde tal sistema político único não existe sobre toda sua extensão. Define o local e o período inicial de criação da economia-mundo como a Europa do século XVI, baseada em uma particular divisão do trabalho, com a criação de Estados nacionais nas áreas do centro.

Para ele (2000, p.253), o moderno sistema mundo possui um elemento central em seu funcionamento, que consiste em um ritmo cíclico marcado pelo crescimento e queda de poderes hegemônicos no interior do sistema. A economia-mundo capitalista, portanto, existiria desde o século XVI até o presente, sendo suas fronteiras espaciais abrangendo a Europa, posteriormente a América-ibérica, e finalmente se expandindo para cobrir todo o globo, tornando-se um sistema histórico, que nasceu, se desenvolveu e um dia deixará de existir. A hegemonia, portanto, no sistema interestatal se refere a situação em que a rivalidade entre grandes poderes é desequilibrada, quando um poder pode largamente impor suas regras e desejos na economia, na política, militarmente, diplomaticamente e culturalmente.

O ascenso e a queda de poderes hegemônicos no sistema interestatal é apenas um aspecto de toda a maquinaria política no funcionamento do capitalismo como um modo de produção. Existem, para o autor, dois mitos do capitalismo: que é definido pela livre circulação dos fatores de produção e pela não interferência da máquina política no mercado, atestando que o sistema-mundo desenvolve um esquema no qual as estruturas do Estado são relativamente fortes nas áreas do centro, enquanto que, em contrapartida, se encontram enfraquecidas na periferia. De fato, o capitalismo é definido pela parcial livre circulação dos fatores de produção e pela interferência seletiva da máquina política no mercado, sendo que o capitalismo é, em si, definido, fundamentalmente, pela acumulação de capital interminável.

No que se refere a ideologia e a política estabelecidas pelos centros hegemônicos (2000, p.257), durante o período de sua hegemonia, tendem a evocar um liberalismo global, defendendo o princípio de livre circulação dos fatores de produção na economia-mundo, no qual poderes hegemônicos geralmente estão dispostos a interferir em processos políticos de Estados para assegurar suas vantagens. Para o autor, pode-se estabelecer uma relação entre as guerras mundiais e o estabelecimento de hegemonias, no qual as lutas são muito dramáticas no campo militar e político, mas o efeito mais profundo está no campo econômico, onde o ganhador se expande economicamente, e o pós-guerra é definido para assegurá-lo e protegê-lo da erosão. As consequências de cada guerra incluem uma reestruturação do sistema interestatal em forma condizente com os interesses para relativa estabilidade do novo centro hegemônico. Com isso, o sistema retorna um novo longo período de expansão competitiva, até que um outro Estado consiga conquistar a tríplice vantagem competitiva – na produção, no comércio e nas finanças – que define a hegemonia.

Entretanto, a diferença atual para os outros poderes hegemônicos seria que a economia-mundo capitalista está atualmente entrando em um período de crise estrutural como um sistema histórico. Logo, não seria mais possível utilizar o conceito de hegemonia como um modo de organizar nossa percepção de processo; este conceito não é uma essência cuja eterna recorrência está para ser demonstrada e depois antecipada. A economia-mundo capitalista é incompreensível, portanto, a menos que se analise claramente quais são suas formas políticas e como elas se relacionam com outras realidades.

Na visão de Giovanni Arrighi (2001, p.36), a hegemonia é mais do que a dominação pura e simples, incorpora um poder adicional que é da competência do grupo dominante, que conduz a sociedade em uma direção que não apenas atende a seus interesses, mas também é percebida pelos grupos subalternos como servindo a um interesse geral. Constata que quando os grupos subalternos confiam em seus governantes, os sistemas de dominação podem ser exercidos sem a utilização da força; a capacidade dos grupos dominantes apresentarem seus elementos de dominação com credibilidade, como algo que atende não apenas a seus interesses, mas ao dos subordinados.

Diante de sua investigação, Arrighi (2008, p.183-282) aponta quatro controvérsias: se há a probabilidade de surgir uma nova nação hegemônica; se o equilíbrio de poder entre as nações foi afetado pela globalização, solapando o poder dos Estados; se o poder dos grupos subalternos, nas condições de trabalho e vida, estaria sendo arruinados; e se o mundo estaria chegando ao final de cinco séculos de dominação ocidental no sistema mundial moderno, referente a mudança de equilíbrio de poder entre as civilizações ocidentais e não-ocidentais.

Arrighi (2008, p.283-383) afirma que a atualidade se encontra em meio a uma mudança sistêmica, que consistiria em “um processo de reorganização radical do moderno sistema mundial que altera substantivamente a natureza dos integrantes do sistema, sua maneira de se relacionar uns com os outros e o modo como o sistema funciona e se reproduz.” O resultado, portanto, seria uma história da expansão do sistema mundial moderno em direção às suas atuais dimensões globais, através de reorganizações fundamentais, que ocorrem em períodos de transição hegemônica, que poderiam ser definidos como momentos de mudança do principal agente dos processos mundiais de acumulação de capital e das estruturas político-econômicas.

Para ele, as crises hegemônicas são caracterizadas por três processos: a intensificação da concorrência interestatal e interempresarial, a escalada dos conflitos sociais e o surgimento intersticial de novas configurações do poder. Para ele, esses três processos estão associados a um padrão da natureza capitalista do sistema mundial moderno.

Concomitantemente, as expansões financeiras possuem uma importância para a análise sistêmica do autor devido aos seus momentos de transformação estrutural do moderno sistema de Estados nacionais soberanos, sendo um aspecto integrante das crises hegemônicas e da transformação das mesmas em colapsos sistêmicos, denominado como caos sistêmico. O caos sistêmico seria a situação de desorganização sistêmica aguda e aparentemente irremediável.

As expansões financeiras possuem um impacto contraditório, uma vez que mantêm a

organização do sistema sob controle, inflando temporariamente o poder do Estado hegemônico em declínio através da liquidez nos mercados financeiros mundiais. Entretanto, as expansões financeiras fortalecem o alcance da competição interestatal e interempresarial, aumentando os conflitos sociais, assim como transfere o capital para estruturas emergentes mais seguras e lucrativas.

Logo, os colapsos hegemônicos aparecem como o momento decisivo das transições hegemônicas, apresentando-se como momentos em que a organização sistêmica que fora instaurada pela nação hegemônica em declínio se desintegra, instalando-se o caos sistêmico, assim como surgem novas hegemonias. Entretanto, o autor (2001, p.42) alega que uma nova hegemonia só pode surgir caso a crescente desorganização sistêmica for acompanhada de novos órgãos governamentais e empresariais, com maior capacidade organizacional em nível sistêmico que o complexo hegemônico anterior; o novo complexo tem que ser dotado de maior capacidade sistêmica do que o antigo complexo hegemônico.

Para Arrighi, cada ciclo é diferente do anterior em dois aspectos: a maior concentração da capacidade organizacional exercida pelo Estado hegemônico, em comparação com o seu predecessor, e o maior volume e densidade dinâmica do sistema reorganizado pelo Estado hegemônico. Este modelo, portanto, estabelece um padrão de repetição – a hegemonia levando à expansão, a expansão ao caos e caos a uma nova hegemonia – que é visualizado também como um padrão de evolução.

O objetivo desta análise sistêmica realizada pelo autor é estabelecer analogias entre as transformações presentes e passadas, a fim de identificar circunstâncias históricas e sistêmicas que podem fazer o resultado das transformações atuais divergirem das transições hegemônicas do passado, a fim de que especulações sobre o futuro sejam menos vagas, com a intenção inclusive de trazer esclarecimentos acerca da dinâmica da atual transição hegemônica para um destino ainda incerto.

7. A questão do Espaço para David Harvey

Em sua formulação teórica em *A produção capitalista do espaço*, Harvey vai de encontro a concepção de Marx – para quem a transição socialista reservava resultados distintos de lugar para lugar – quando assegura que a manutenção do capitalismo se deve à transformação das relações espaciais e à ascensão de estruturas geográficas específicas. Para o autor, é fato que Marx se concentrou na análise do tempo, e não do espaço, o que pode justificar algumas das lacunas que restaram na sua teoria em relação à própria geopolítica do capital, mas por outro lado é aceitável quando se dimensiona a importância do tempo na produção capitalista.

As possibilidades efetivas do capitalismo de continuar se reproduzindo mais amplamente no espaço, segundo David Harvey (2005, p.43), são cada vez mais escassas, uma vez que essa expansão possui limites históricos e estruturais. Segundo o autor, “o sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma

força permanentemente revolucionária, que incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos.”

Para Harvey, de maneira geral, a acumulação capitalista deve satisfazer três de suas pressuposições fundamentais: 1) a existência de um excedente de mão-de-obra, ou seja, um exército industrial de reserva que imprima sobre os trabalhadores empregados uma pressão para o rebaixamento dos salários; 2) oferta de meios de produção (máquinas, matérias-primas, infraestrutura, etc.) para o consumo produtivo do capital e 3) a existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. Assim, diz Harvey, “em cada um desses aspectos, o progresso da acumulação capitalista talvez encontre uma barreira que, uma vez atingida, provavelmente precipitará uma crise de determinada natureza” (2005, p.45).

A rigidez de certos arranjos que montam a estrutura de relações entre capital, Estado e trabalho, a supervalorização em certos ambientes construídos e a saturação da capacidade de consumo do mercado interno levam também à expansão, já que, via de regra, “quanto mais difícil se torna a intensificação, mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação de capital”. (2005, p.48) Logo, a relação direta e necessária entre a expansão geográfica – ainda que limitada – e a acumulação capitalista se apresenta como indispensáveis para a própria reprodução do capital, no qual sua superação se torna necessária para que um novo modo de produção possa emergir.

Ainda segundo Harvey, (2005, p.64)

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação. Se o modo capitalista de produção prevalecer em todos os aspectos, em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para a acumulação adicional. (...) Muito antes que se atinja tal situação, o processo de acumulação fica mais lento. A estagnação se imporia, acompanhada por toda uma gama de problemas econômicos e sociais.

Ao longo do tempo, a produção capitalista perde a estabilidade regional gozada anteriormente. Mais do que isso, se chega a um ponto dicotômico no qual as forças de acumulação e superacumulação representam a alternativa de que se servem capitalistas e trabalhadores para se moverem, mas também a forma pela qual são constrangidos e estimulados a permanecer em localidades distintas. Enfim, Harvey conclui, de forma coerente, que as novas contradições do capitalismo se revelam mediante a formação e reformação das paisagens geográficas.

Para ele, interpretando Marx, o capitalismo tenderia a produzir barreiras para o seu desenvolvimento, caracterizando em crises endêmicas ao processo de acumulação capitalista. As crises periódicas teriam, portanto, o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação, caracterizando uma mudança do processo de acumulação para outro

nível. Entretanto, essas crises cíclicas tendem a desgastar o próprio modo como se articula a renovação do sistema, uma vez que existem limites estruturais do próprio sistema capitalista.

8. A questão do Capital para István Mészáros

A síntese de István Mészáros, inspirada em Marx e na radicalidade crítica de Rosa Luxemburgo, resulta num trabalho original e indispensável, que interpreta criticamente o passado recente e a contemporaneidade, oferecendo um manancial de possibilidades para aqueles que estão olhando para o futuro, “para além do capital”.

Na visão de Mészáros (2005, p.100), o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação. Para ele, as implicações de uma crise sistêmica, estrutural, são plausíveis, afetando “o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos (...) mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social.”

Sua análise é de suma importância para o momento atual de crise capitalista, no qual diversas correntes teóricas buscam explicações. “Compreensivelmente, a atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais” (2005, p.106). Em uma análise do Estado, o Mészáros (2005, p.124) afirma que em razão de seu papel constitutivo e sustentador, ele deve ser entendido como “parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto.” Logo, para o autor, o Estado moderno é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário. A crítica à política e ao Estado desdobra-se em crítica aos sindicatos e aos partidos, colocando o grande desafio de forjar novas formas de atuação capazes de articular intimamente as lutas sociais, eliminando a separação entre ação econômica e ação político-parlamentar.

No sistema do capital, toda “harmonização” assume a forma de um equilíbrio estritamente temporário do conflito, uma vez que ele aparecerá recorrentemente. As crises consistem, portanto, em uma necessidade para o próprio sistema capitalista se reproduzir, uma vez que

crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises. (2005, p.797)

Logo, “o deslocamento das contradições somente é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema, demandando apenas mudanças no interior do próprio sistema relativamente autônomo” (2005, p.797). Logo, por esse motivo que uma crise estrutural coloca em risco a própria existência do complexo global. Nas crises, há sempre espaço para a acumulação de capital por parte de algumas pessoas, mesmo que implique em malefícios

para outros. Sendo o sistema capitalista um “modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão” (2005, p.131), ou ele sustenta o rumo de seu desenvolvimento impelido pela acumulação, ou implodirá; o perigo para o sistema capitalista consiste, portanto, na perspectiva de que a acumulação e a expansão do capital se deterem por completo, demonstrando como essa lógica incontrolável torna o sistema do capital essencialmente destrutivo.

A ruptura radical com este sistema sociometabólico do capital deve ser global, sendo impossível sua efetivação no âmbito de um único país. Além disso, na visão do autor, como a lógica do capital estrutura seu sociometabolismo e seu sistema de controle no âmbito extraparlamentar e do Estado, qualquer tentativa de superar este sistema que se restrinja à esfera institucional está impossibilitada de derrotá-lo e fadada ao fracasso. Portanto, somente através de um vasto movimento de massas radical e extraparlamentar poderia ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital.

Com a iminente eclosão do sistema capitalista – que se caracteriza como sendo expansionista, destrutivo e incontrolável – o capital assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica, crônica e permanente; a partir da não resolução de sua crise estrutural, emerge o espectro da destruição global da humanidade, sendo a única forma de evitá-la a colocação em pauta na atualidade histórica da alternativa socialista. Logo, preocupado com a transição para o modelo socialista, Mészáros (2005, p.789) afirma que

Veremos em um momento de que forma as potencialidades objetivas da ofensiva socialista são inerentes à crise estrutural do próprio capital. Agora o objetivo é acentuar uma contradição principal: a ausência de instrumentos políticos adequados que poderiam transformar esta potencialidade em realidade.

O intento do presente trabalho, portanto, coaduna – além de se apresentar como uma alternativa – com essa interpretação final do autor de que há uma carência de instrumentos políticos e base teórica sólida que ensejem uma mudança em potencial do sistema vigente.

9. Conclusão

A busca de uma maior inteligibilidade dos estudos acerca das crises cíclicas do sistema capitalista que, na maioria das vezes, se realiza através de um prisma econômico, é essencial para a compreensão do modo como a periodicidade das crises ocorrem e as mudanças que engendram; entretanto, a não realização de um estudo da historicidade das crises no que tange ao social implica numa incompreensão da complexidade com que o sistema capitalista se regenera e, portanto, a uma incapacidade prática para sua superação. A teoria social marxista se apresenta como uma necessidade para que as mudanças que são ensejadas e desejadas sejam, de fato, consumadas.

Logo, a prerrogativa de uma crise estrutural e que ensejaria a derrocada do sistema capitalista é plausível, pois um sistema que constrói arranjos para posteriormente desarranjá-los; um sistema que se pauta na criação de um problema e na posterior venda da solução a fim

de que, com isso, se possa engendrar a formação de lucro e de manutenção do mesmo; que faz com que as pessoas sonhem os sonhos que o próprio sistema quer que elas sonhem, em um processo de mercantilização do desejo, consistindo na produção de um modelo de desejo, o modo como se deve obtê-lo e os meios para obtê-lo; cuja medida humana é a medida da mercadoria, que afirma que para ser, é preciso ter, em uma lógica de prazer espontâneo; que possui, como “sete pecados do capital” a exploração, a opressão, a discriminação, a alienação, a especulação, a repressão e a militarização; um sistema cuja lógica inerente é a produção da desigualdade, constituindo parte da base que o sustenta, é um sistema no qual, para todos aqueles que desejam um mundo onde a igualdade prevaleça, é insustentável.

Em suma, buscou-se alinhar pensamentos de autores marxistas para analisar o contexto das crises do sistema capitalista. A necessidade de um maior diálogo e construção teórica crítica se faz cada dia mais necessária na atualidade para que os anseios e as mudanças sociais desejadas sejam realizadas. Recorrendo a Karl Marx (2011, p.25), “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” Ainda parafraseando Marx (1977, p.15) nas Teses sobre Feuerbach, “os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diferentes maneiras; trata-se, porém, de o transformar.” Cabe aos homens a mudança e a transformação do mundo que desejam; se ela ocorrerá ou não, somente o futuro dirá. 🌐

NOTAS

*Aluno do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: bernardo_salgado_@hotmail.com

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim – origens e fundamentos do século XXI**. Boitempo Editorial. 2008.
- ARRIGHI, Giovanni. SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Contraponto e Editora UFRJ. 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, vol. 3**. Editora Civilização Brasileira, 2ª edição, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Editora: Civilização brasileira. 3ª Edição. 1988.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Editora: Annablume. 1ª Edição, 2005.
- LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. Editora Expresso Popular. 1ª Edição, 2007.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Biblioteca ciência e sociedade, 11, publicações escorpião. 1967.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** Editora Expressão Popular, 2ª Edição, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. – **Cartas Filosóficas e Outros Escritos**, Editorial Grijalbo, 1977.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Boitempo Editorial, 2011.
- MESZAROS, István. **Para além do capital – rumo a uma teoria da transição**. Boitempo

Editorial, 2005.

POULANTZAS, Nicos, **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Editora Graal, 4a Edição. 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial – La agricultura capitalista y los orígenes de La economía-mundo europea em el siglo XVI**. Siglo veintiuno editores. 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The essential Wallerstein.**, The New Press New York. 2000.

Recebido em 11 de abril de 2012

Aprovado em 21 de novembro em de 2012